

Escola pública faz pressão por verbas

A visita de representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação e da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação ao presidente do PMDB na Constituinte, Ulysses Guimarães e Mário Covas, ontem à tarde, para a apresentação de propostas à nova Carta, acabou não obtendo os resultados esperados. Eles foram informados de que o texto do relator Bernardo Cabral não contempla a exclusividade das verbas públicas para as escolas públicas — como reivindicam estas entidades — sendo previsto o repasse de recursos também para escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos.

O presidente Ulysses Guimarães informou que o texto foi definido após reuniões do relator da Comissão de Sistematização com os relatores da subcomissão e da comissão que trataram do tema educação, senador João Calmon (PMDB-ES) e deputado Artur da Távola (PMDB-RJ). Pelo resultado, saiu vitorioso o relator João Calmon, "que defendeu com muito ardor as escolas confessionais", como lembrou o presidente da Constituinte.

Sem informar o conteúdo do texto do substitutivo de Bernardo Cabral, Ulysses Guimarães afirmou que "a solução foi boa para as escolas públicas". Mas os representantes dos secretários estaduais e municipais

de educação já tinham dele tomado conhecimento pelo senador Mário Covas e não concordaram com a avaliação do presidente da Constituinte. O presidente do Conselho Nacional, Fábio Bruno (DF), entende que esta exceção aberta pelo relator permitirá que outras escolas particulares venham a receber verbas públicas, mesmo tendo fins lucrativos.

Fábio Bruno admite apenas uma exceção: o repasse de recursos para escolas comunitárias e filantrópicas que não cobrem qualquer taxa de anuidade. Assim, ficariam excluídas as escolas privadas com fins lucrativos e até mesmo as escolas confessionais, que não têm fim lucrativo, mas cobram elevadas taxas. "Sabemos do poder da CNBB, mas vamos lutar por esta proposta, afirma o secretário do Distrito Federal.

A partir de agora, eles vão trabalhar pela aprovação do texto do anteprojeto da subcomissão da Educação, Cultura e Esporte, que estabelece a exclusividade das verbas públicas para as escolas públicas. Fábio Bruno acha que as universidades católicas que trabalham com pesquisa, algo que interessa à Nação, devem procurar recursos junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Considera "um crime o repasse de recursos públicos para estas escolas enquanto milhões de crianças estão fora da escola fundamental".

Evangélicos pedem respeito às leis

Líderes evangélicos de todo o País, reunidos ontem em Brasília, decidiram combater o que eles identificam como movimento de descrédito contra a Constituinte, promovido por setores (inclusive ou sobretudo religioso) frustrados pela rejeição de suas propostas.

O raciocínio é o de que boa ou má, a nova Constituição será a lei suprema do País e que, portanto, terá de ser respeitada. O esforço será no sentido de que a Constituição seja a melhor possível. E para isso os evangélicos dispõem-se a apoiar o que encontrarem de melhor neste sentido, tanto à esquerda como à direita. Mas a preocupação constante será a de inculcar não só o respeito ao trabalho dos constituintes, mas sobretudo o respeito à lei, sem a qual será impossível a ordem.

No encontro, realizado de manhã e à tarde, numa das salas de comissões da Câmara dos Deputados, o deputado evangélico Manoel Moreira (PMDB-SP) queixou-se do tratamento que a grande imprensa dispensa aos parlamentares evangélicos, tentando levá-los ao ridículo.

Nas duas reuniões, foram amplamente discutido

os temas relacionados com o aborto, homossexualismo, pornografia e pena de morte, cuja condenação foi unânime. Para os pastores, a expressão "orientação sexual", contida num dos anteprojetos aprovados, deve ser retirada do texto constitucional, deixando o problema para ser tratado pela lei ordinária.

Os pastores, vindos de quase todos os estados brasileiros e vinculados à Confederação Evangélica do Brasil, que congrega todas as lideranças das denominações evangélicas, concordam, também, que o grupo de parlamentares evangélicos na constituinte deve adotar uma posição ideologicamente de centro, fugindo a quaisquer radicalismos, e conservando sempre a disposição de apoiar qualquer contribuição, vindo da esquerda ou da direita, capaz de ajudar no processo de desenvolvimento do País e do bem-estar do povo brasileiro.

Os pastores voltaram a reunir-se ontem à noite, pela última vez, no Clube do Congresso, na solenidade de posse da nova diretoria da Confederação dos Evangélicos do Brasil, cujo novo presidente é o deputado Gil del Dantas (PMDB-CE).